

Último conselho



**Saio do CNE,
mas sem jogar a
toalha.
Apenas passarei
a lutar em
outra trincheira**

Em 1985, participei pela primeira vez de uma comissão federal encarregada de estudar a reforma universitária. Tive então a oportunidade de dizer ao presidente do Conselho Federal de Educação que o único caminho para sanar os graves vícios da instituição era fechá-la. Mais de dez anos foram necessários para que isso acontecesse. Nunca poderia imaginar, porém, que logo me tornaria conselheiro do recém-criado Conselho Nacional de Educação, muito menos que, quase dois anos depois, viesse a pedir demissão de meu cargo, tão logo ele começou a resvalar pelos mesmos desvios.

Já participei de vários conselhos dessa espécie e, mutatis mutandis, sua inoperância muitas vezes provém de falhas no processo de representação responsável pela seleção de seus membros. Em tese, devem ser profissionais de "notório saber", mas, na realidade, representam interesses, sejam eles dos cientistas, dos educadores e dos negociantes da pesquisa e da educação. No entanto, essa representação se desvirtua pelo menos de dois modos. De um lado, quando se elegem membros de uma casta de burocratas que perfaz suas carreiras participando da direção de institutos e dos próprios conselhos, obviamente sem lhes restar tempo para cuidar de outras tarefas. Se devem representar de modo competente os interesses em jogo, terminam colocando em primeiro plano os interesses dos próprios representantes, seja lá onde operem. Disso resulta que certos dirigentes da política educacional e científica formam uma crosta armada por forte lealdade entre seus membros e fraca motivação para enfrentar as dificuldades de uma boa institucionalização do ensino e da pesquisa. Constituem, para usar uma expressão já consagrada, um verdadeiro anel burocrático.

O segundo vício de representação é mais complexo. Ensino e pesquisa mobilizam grandes capitais. A investigação científica requer altos investimentos de risco, o Estado tendendo a bancar sobretudo a pesquisa básica, enquanto o setor privado, precisamente porque está de olho nas aplicações tecnológicas, precisa acumular grandes somas para poder associar todos os elos do processo. Ora, nessas condições, quando uma instituição de ensino superior, cuja estrutura e cujos recursos não são favoráveis ao desenvolvimento da pesquisa científica, se propõe a fazê-la, simplesmente está camuflando outros interesses. A representação não se torna, então, ilegítima, na medida em que promete o que não pode cumprir?

Transformar-se em universidade continua a ser a maior aspiração de qualquer instituto de ensino superior. Isso porque, conforme a legislação antiga, só ela gozava de autonomia, permitindo-lhe criar cursos na sua sede, criar e extinguir vagas e fixar livremente o valor de suas mensalidades. Como a Constituição, porém, determina que a universidade deve comportar, de forma indissociável, pesquisa, docência e extensão, muitas vezes a pesquisa prometida vira um enorme fardo-de-conta, pois não pode mobilizar o volume de investimentos requerido para a realização de seu projeto.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os últimos decretos presidenciais normatizando o ensino superior privado transformaram o quadro institucional, permitindo universidades especializadas, criando a nova figura de centros universitários, onde a pesquisa pode ser inteiramente atrelada à docência e à extensão e, por fim, obrigando os institutos de ensino superior a optar entre aqueles que se mantêm sem fins lucrativos e aqueles outros que passam a estruturar-se como verdadeiras empresas. Em vista desse novo quadro, não há por que perseverar concedendo autonomia universitária a instituições que nunca terão recursos nem estrutura para desenvolver uma pesquisa de boa qualidade. Quem teima nessa direção passa a camuflar o interesse representado, pois, se atua em nome da qualidade do ensino e da pesquisa, de fato está operando em função dos negócios da educação.

Quando comecei a participar do novo conselho, fiquei surpreso com a homogeneidade de um discurso favorável à qualificação dos institutos de ensino superior. Logo descobri, entretanto, que os institutos privados mais antigos e mais enraizados na burocracia estatal mantêm essa linguagem como forma de barrar a concorrência, muitas vezes selvagem, de novos institutos. O discurso da qualidade serve de biombo para uma espécie de reserva de mercado. No entanto, tão logo se precipitam as dificuldades reais para uma boa avaliação e para o credenciamento desses institutos, a forte lealdade da crosta dos representantes burocráticos e dos capitalistas da educação traça seu círculo de giz incluindo velhos amigos e excluindo os adventícios. Desse modo, pouco importam as normas de qualidade, o que vale são as lealdades firmadas nos corredores, na política dos conselhos, nos meandros do mercado.

Quando passamos a julgar os pedidos de criação de novas universi-

dades, coube-me preparar dois pareceres avaliando se as candidatas apresentavam as condições necessárias para tanto. Não cumprindo, nas novas condições legais e políticas, os requisitos necessários para que sejam consideradas centros de pesquisa, aconselhei que se tornassem centros universitários. Isso também foi feito com as Faculdades Anhembí-Morumbi que simplesmente recusaram essa indicação.

Estava acompanhando o conselheiro Jacques Velloso, pois em nossas visitas o relator pedia o auxílio de pelo menos outro conselheiro. Verificamos que, como tantas outras, ela não possui um plano de pesquisa viável e articulado. Retiro alguns dados do parecer escrito pelo conselheiro Velloso: no ano passado, 2% da receita das anuidades foi destinada a atividades de pesquisa, mas metade dessa porcentagem foi para a melhoria do acervo da biblioteca; no conjunto dos docentes, quase 60% da carga horária contratual de cada professor era de ensino, em torno de 17% ou 18% dessa carga estava voltada para a extensão e administração, respectivamente, e apenas cerca de 6% correspondia a atividades de pesquisa. No máximo, de tudo isso é possível concluir que a produção acadêmica ou científica dos docentes da faculdade é *institucionalizada* apenas *parcialmente*. O professor Gabriel M. Rodrigues não só rejeitou nossa avaliação, mas ainda francamente nos disse que lutaria pela transformação de sua escola em universidade. Não conhecíamos seu poder de fogo como vice-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras e presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo.

Cabe notar que não recebemos pressão político-partidária vinda de sua parte. Pressões o CNE recebeu de toda espécie. Da parte do ministro, muito forte, para que andássemos depressa e logo liquidássemos o legado do passado para, enfim, passarmos a cuidar do Plano Nacional de Educação e do processo de avaliação em geral. Da parte dos políticos, uns declaravam que só o estatuto de universidade interessava a seu Estado, outros testemunhavam que conheciam a instituição e a recomendavam, outros, por fim, pediam que recebéssemos o interessado, ressaltando nossa liberdade de atuação. Em geral se resistiu convenientemente às pressões, que, por sua vez, foram processadas conforme seu gênero. Elas são legítimas enquanto expressões de interesse, desde que não ameacem a autonomia do julgamento e o interesse não venha simulado. O que não imaginava, entretanto, é que a pressão do velho estilo do fazer de conta era muito mais poderosa do que a do pedinção tradicional e pudesse terminar envolvendo alguns conselheiros.

A apresentação do parecer foi tumultuada, principalmente em virtude de informações não verificadas a respeito de possíveis irregularidades no controle das notas, e o conselheiro Lauro Zimmer terminou pedindo vistas ao processo. Na sessão seguinte, apresentou novo parecer, longo e substancioso, mas que não nos pareceu convincente, porquanto o perfil da instituição não permitia avaliar sua promessa de instalar uma trama de pesquisas consistentes. Passamos à decisão pelo voto e fomos derrotados por 6 a 5, abstenendo-se o presidente do conselho e com voto favorável (e muito surpreendente) do representante do governo, o secretário do Ensino Superior do MEC.

Na minha declaração de voto deixei explícito que também eu continuaria a lutar, pois uma decisão como essa implica estabelecer critérios para o credenciamento de outras universidades, notadamente universidades particulares, às quais que caberá a tarefa mais importante na expansão do ensino universitário profissional. Sabia desde logo que, confrontando-me com uma maioria, mesmo ocasional, da Câmara de Ensino Superior e trazendo a discussão para a mídia, meu gesto me levaria a pedir demissão do CNE. Embora perdendo no voto, deixaria de honrar meu mandato se não percebesse que estava diante da vitória de um interesse que se camuflava: a promessa de pesquisa, no fundo, é uma forma de merchandising. Cabia-me, então, apelar para outras instâncias de julgamento, notadamente para a opinião pública. Mas para pôr em xeque o resultado de uma votação regular, baseado na convicção de que predominou um interesse que oculta seu sentido, necessitava eu mesmo me afastar de qualquer outra possível votação futura. Se assim não fosse, poderia haver a suspeita de que estaria chantageando meus colegas para obter um voto favorável. Agora que estou de fora, que votem segundo suas convicções e suas responsabilidades políticas.

Saio, pois, do CNE, mas sem jogar a toalha. E como está chegando a hora de dedicar as energias que me restam para cuidar sobretudo de minhas obsessões filosóficas, espero que este seja meu último conselho. Convém esclarecer que não estou deixando o governo, pois nunca entrei nele, sendo o CNE um órgão de Estado. Também não me estou opondo às linhas gerais da política que o MEC começa a desenvolver para o sistema do ensino superior. Somente passarei a lutar em outra trincheira, convencido como estou de que, se uma parte da própria universidade não se empenhar na sua reforma, nada poderá ser feito.

■ José Arthur Giannotti, filósofo, é presidente do Cebap